ECONOMIA

economia@correiodoestado.com.br

ARROCHO FISCAL

Setor produtivo e população reagem ao pacote de impostos

Aumento no ICMS sobre supérfluos deve ampliar demissões e fechamento de empresas em MS

O arrocho fiscal promovido pelo Governo do Estado, que vai de aumentos no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos supérfluos a majoração na cobrança do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação (ITCD), causou profunda reação negativa no setor produtivo e até na população. Com os projetos já aprovados em primeira votação na Assembleia Legislativa, a previsão é que, na terça-feira, eles passem definitivamente pelo crivo dos deputados. Como se não bastasse, ontem o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) também afirmou que estuda aumentar o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) para 3,5%. Diante da taxação iminente, empresários do comércio, indústria e ruralistas prometem manifestações na próxima semana e ainda movimentos conclamam a população a protestar.

VALDENIR REZENDE

REAÇÃO. Representantes do setor produtivo e lideranças rurais são contrários ao aumento nos impostos e temem mais desemprego

PAULA VITORINO

O ajuste fiscal do Governo do Estado vai ser um "tiro no pé" da economia de Mato Grosso do Sul. A conclusão é dos representantes do comércio, que alertam que, ao invés de o Executivo conseguir elevar sua arrecadação, vai na verdade desacelerar ainda mais a economia local, com o aumento do número de desempregados e mais estabelecimentos fechando as portas.

"Já temos o impacto da desoneração da folha de pagamento (Projeto de Lei Federal) e agora mais esse imposto para o comerciante pagar, e tudo em um momento em que o cenário não está favorável, os clientes não têm dinheiro para comprar...Alguns setores vão ser mais impactados, mas com certeza sabemos que, no geral, vai aumentar o desemprego e muitas empresas vão fechar", afirma o diretor da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG), Roberto Oshiro. Só na semana passada, segundo ele, a Associação recebeu sete pedidos de desligamento de empresários pelo mesmo motivo: falência. "É muita coisa em uma semana", avalia.

Dentre as medidas adotadas pelo Estado para elevar arrecadação, a que mais impacta diretamente o comércio é a majoração em 3 pontos percentuais da alíquota do ICMS sobre produtos considerados como supérfluos pelo Executivo. Cosméticos, perfumes e refrigerantes terão a cobrança elevada de 17% para 20%. Já as bebidas alcoólicas, fumo, cigarros e demais produtos derivados de fumo aumentam de 25% para 28%, além do adicional de 2% que, segundo o deputado Junior Mochi (PMDB), já era cobrado pelo Governo para fundo destinado a programas sociais.

MAIS PREJUDICADOS

Com resultado negativo nas vendas deste ano em torno de 7%, o representante da distribuidora de bebidas Rotele, Jairo Alencar, diz que os revendedores já estão enfrentando dificuldade para manter os negócios neste ano. Segundo ele, o valor pago em ICMS para o Estado entre janeiro e agosto deste ano aumentou 10,6% em relação ao mesmo período do ano passado, somando R$ 49,8 milhões. "Tivemos aumento da pauta fiscal e há meses que já estamos pagando cada vez mais de imposto. Nossa preocupação é que agora alguns empresários não aguentem e fechem. É uma carga alta, 30% de ICMS", ressalta.

Outro setor mais impactado é o de comerciantes que vendem cosméticos. O vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos (Sinprofar-MS), Lodomilsson Alexandre, diz que a venda de perfumes e cosméticos corresponde a cerca de 30% do faturamento total dos empresários. "Nossa avaliação é de que vai ficar cada vez mais difícil, principalmente para as farmácias que são independentes (não pertencem às grandes redes), conseguir manter o negócio. O que o Governo vai conseguir com isso é fazer com que as pessoas comprem menos aqui", avalia.

A redução nas vendas já chega a 20% até agora e deve fechar o ano com queda de 25%. Por conta da crise, o Sindicato contabiliza cerca de 90 farmácias fechadas no Estado e aproximadamente 30 unidades só na Capital no período aproximado de um ano. Alexandre questiona: "por que o Governo não faz uma gestão mais eficiente ao invés de simplesmente aumentar imposto? A gente, empresário, consegue fazer isso para recuperar as finanças".

Oshiro conclui que os produtos locais vão perder competitividade para outros estados e, com isso, muitos consumidores e comerciantes vão buscar outros fornecedores. Além disso, ele chama a atenção para o fato de que o contrabando pode aumentar, principalmente de cigarro.

ITCD

O outro projeto de lei estadual é para o aumento da cobrança do ITCD, que vai causar um impacto de até 300%. O presidente do Sindicato Rural de Campo Grande, Oscar Vianna, avalia que os produtores rurais devem ser os mais prejudicados com a majoração, já que possuem propriedades de alto valor, mas que o prejuízo vai ser para toda a sociedade.

Pela proposta, os imóveis até R$ 50 mil são isentos. Acima disso, a cobrança será progressiva: até R$ 300 mil, serão cobrados 2%; para propriedades de R$ 300 mil a R$ 600 mil, serão 4% e, entre R$ 600 mil e R$ 800 mil, 6%. A partir desse valor, a cobrança será de 8%. **(colaborou Rosana Siqueira)**

ARROCHO À VISTA

AUMENTOS

ICMS DE SUPÉRFLUOS
■ O primeiro projeto de lei eleva o ICMS, de 25% para 27%, para as bebidas alcoólicas e de 17% para 20% no caso dos refrigerantes e cosméticos. Fumos, cigarros e produtos derivados passarão para 28%.

IPVA
Hoje o IPVA cobrado é de 2,5% para veículos médios, mas caso a intenção do governo se concretize, subirá para 3,5%. Segundo a lei, a cobrança do IPVA é calculada sobre 5% do valor de mercado do carro, mas, habitualmente, governadores de todo o País reduzem esse valor para 2,5%, por meio de decreto

ITCD
A outra proposta diz respeito a alteração da cobrança do ITCD, que passa a ser progressiva: para imóveis entre R$ 50 mil e R$ 300 mil, serão cobrados 2%; para propriedades de R$ 300 mil a R$ 600 mil, serão 4% e, entre R$ 600 mil e R$ 800 mil, 6%. A partir desse valor, a cobrança será de 8%.

Fonte Reportagem

Protestos na Assembleia

Os dois projetos foram aprovados, na íntegra, pelos deputados estaduais em primeira votação na sessão do dia 29. Apenas uma emenda foi incluída, que prevê a destinação de 1% do arrecadado com bebidas alcoólicas e fumo para um fundo, que ainda será criado, com objetivo de ajudar instituições públicas ou particulares que atuem na luta, prevenção e recuperação de dependência do álcool e outras drogas.

Os projetos devem ser levados para segunda votação na próxima terça-feira e os representantes da Associação Comercial vão acompanhar a sessão na tentativa de pressionar os deputados para que votem contra as propostas.

Além disso, o movimento Basta de Impostos está chamando a populaação de Campo Grande a acompanhar a votação na Assembleia Legislativa e protestar. Por meio das redes sociais, a campanha "Não vou pagar o pato", que já existe em outros estados do País, deve ganhar força em Campo Grande. **(PV)**

Governador afirma que IPVA pode passar de 2,5% para 3,5%

DANIELLA ARRUDA

O governador Reinaldo Azambuja rebateu as críticas do setor produtivo ao aumento de impostos. Ontem, em coletiva de lançamento da fábrica de celulose da Fibria, ele afirmou que os ajustes que os Estados e o próprio governo federal vêm buscando são pela busca do equilíbrio e da sustentabilidade das finanças públicas para o ano de 2016. "Olha, ninguém gosta de aumento de carga tributária, nenhum segmento, nem o setor produtivo, nem qualquer cidadão ou cidadã do País", frisou.

Ele justificou o pacote destacando que, depois de 20 anos com crescimento real de receita, pela primeira vez Mato Grosso do Sul não tem avanço. "Nós vamos ter receita menor do que o que foi projetado, devido à equação de estagnação da economia nacional. Então, na busca do ajuste fiscal, nós optamos aqui por alguns segmentos: ITCD — nós fizemos um ajuste de alíquotas. Se você olhar as 4.700 transações de ITCD de 2014, com a alíquota de isenção que nós demos nesse ano, de até R$ 50 mil, 2.300 já seriam isentas de pagamento. Então nós teríamos um aumento dessa carga tributária só sobre 580 transações. Nós estaríamos fazendo uma justiça fiscal. Quem tem mais vai pagar mais, quem tem menos paga menos e quem tem muito menos ainda não paga nada. Então isso aí é para buscar o equilíbrio e optamos pelos supérfluos, bebida, cigarro, cosméticos e perfumes.

Azambuja lembrou ainda que as pautas do ITCD, do supérfluo e do IPVA "foram pactuadas entre os Estados, para que pudessem ter uma pauta equânime, igualitária entre todos".

IPVA

Com relação ao IPVA, ele frisou que estudam a elevação para 3,5%, mas que isso ainda não está definido. "Nós optamos por fazer igualitário e Mato Grosso do Sul deve optar por sair de 2,5%, não está definido ainda, talvez para alíquota de 3,5%. Mas não está definido ainda porque nós estamos fazendo todos os estudos com a Secretaria de Fazenda e vendo qual será o impacto do comércio eletrônico, que é uma receita nova que começa a partir do ano que vem nos Estados brasileiros", acrescentou.

ARQUIVO

IPVA. Imposto sobre veículos poderá ter aumento já em 2016